



COPEL
Companhia Paranaense de Energia

GE Boa Vista S.A.

CNPJ/MF 12.723.413/0001-83

NIRE 24.300.005.041

Subsidiária Integral da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Fazenda Boa Vista, 1C, parte, Estrada RN 120, Caixa Postal 1

São Bento do Norte - RN

CEP 59.590-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2018

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional	10
2 Base de Preparação	10
3 Principais Políticas Contábeis	11
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	17
5 Clientes	17
6 Partes Relacionadas	18
7 Títulos e Valores Mobiliários	18
8 Imobilizado	19
9 Empréstimos e Financiamentos	19
10 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	20
11 Patrimônio Líquido	20
12 Receita Operacional Líquida	21
13 Custos e Despesas Operacionais	21
14 Resultado Financeiro	22
15 Imposto de Renda e Contribuição Social	22
16 Instrumentos Financeiros	23
17 Seguros	26
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	27
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AO AÇIONISTA

A administração da GE Boa Vista S.A. (GE Boa Vista ou Companhia), Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2018, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A GE Boa Vista tem o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial como Produtor Independente de geração de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte e sagrou-se vencedora no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço/MWh ⁽²⁾	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Boa Vista	14,0	6,3	48,44	226,15	25.02.2015	24.04.2046

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2018

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2018

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2018	2017	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	63.929	63.319	1,0
Caixa e equivalentes de caixa	8.911	4.804	85,5
Títulos e valores mobiliários	4.296	4.060	5,8
Dívida total	33.385	36.034	(7,4)
Dívida líquida	20.178	27.170	(25,7)
Receita operacional bruta	10.990	12.082	(9,0)
Deduções da receita	(1.996)	(2.997)	(33,4)
Receita operacional líquida	8.994	9.085	(1,0)
Custos e despesas operacionais	(4.505)	(5.777)	(22,0)
Resultado das atividades	4.489	3.308	35,7
Ebitda ou Lajida	7.367	6.336	16,3
Resultado financeiro	(2.357)	(2.765)	(14,8)
IRPJ/CSLL	(1.296)	(549)	136,1
Lucro operacional	2.132	543	292,6
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	836	(6)	(14.033,3)
Patrimônio líquido	24.447	23.611	3,5
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,6	1,1	45,5
Liquidez geral (índice)	0,5	0,4	25,0
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	81,9	69,7	17,5
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	136,6	152,6	(10,5)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	23,7	6,0	295,0
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	9,3	(0,1)	(9.400,0)
Participação de capital de terceiros (%)	61,8	62,7	(1,4)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	3,5	-	-

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 18 de abril de 2019

Luiz Eduardo Linero

Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente JAIME DE OLIVEIRA KUHN

Membros MARCO AURELIO M. DA SILVA
NICOLE DOMAKOSKI MACHADO

CONSELHO FISCAL

Presidente JOÃO ALBERTO DA SILVA

Membros Titulares LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA
RICARDO VIDINICH

Membros Suplentes HEITOR DANTAS FILHO

DIRETORIA

Diretor Presidente LUIZ EDUARDO LINERO

Diretor de Gestão JULIANA PINHEIRO DE LIMA

Diretor de Finanças CLAUMIR CORSI RODRIGUES

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0 RONALDO BOSCO SOARES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanças Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.911	4.804
Clientes	5	2.354	2.303
Outros créditos		-	2
Imposto de renda e contribuição social		78	37
Outros tributos a recuperar		9	-
Despesas antecipadas		100	-
Partes relacionadas	6	379	379
		11.831	7.525
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	4.296	4.060
Partes relacionadas	6	4.469	4.301
		8.765	8.361
Imobilizado	8	43.333	47.433
		52.098	55.794
TOTAL DO ATIVO		63.929	63.319
PASSIVO	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	719	777
Fornecedores		2.625	2.629
Imposto de renda e contribuição social		827	37
Outras obrigações fiscais		127	160
Empréstimos e financiamentos	9	2.977	2.981
Outras contas a pagar		6	7
		7.281	6.591
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores		1.641	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		152	64
Empréstimos e financiamentos	9	30.408	33.053
		32.201	33.117
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11.1	25.647	25.647
Prejuízos acumulados		(1.200)	(2.036)
		24.447	23.611
TOTAL DO PASSIVO		63.929	63.319

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	8.994	9.085
Custos Operacionais	13	(5.195)	(5.196)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		3.799	3.889
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(301)	(518)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	991	(63)
		690	(581)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		4.489	3.308
Resultado Financeiro	14		
Receitas financeiras		757	681
Despesas financeiras		(3.114)	(3.446)
		(2.357)	(2.765)
LUCRO OPERACIONAL		2.132	543
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15		
Imposto de renda e contribuição social		(1.208)	(490)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(88)	(59)
		(1.296)	(549)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		836	(6)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	31.12.2018	31.12.2017
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	836	(6)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	836	(6)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017	18.331	7.315	(2.030)	23.616
Prejuízo do exercício	-	-	(6)	(6)
Aumento de capital	7.316	(7.315)		1
Saldo em 31 de dezembro de 2017	25.647	-	(2.036)	23.611
Lucro líquido do exercício	-	-	836	836
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.647	-	(1.200)	24.447

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		836	(6)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias líquidas	9.2	3.054	3.416
Imposto de renda e contribuição social	15	1.208	490
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	88	59
Depreciação	8	2.878	3.028
Resultado das baixas de imobilizado	8	1.222	-
		9.286	6.987
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(51)	278
Outros créditos		2	-
Imposto de renda e contribuição social		(41)	(33)
Outros tributos a recuperar		(9)	-
Despesas antecipadas		(100)	-
Partes relacionadas		(168)	(758)
		(367)	(513)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(58)	(83)
Fornecedores		1.637	2.604
Outras obrigações fiscais		(33)	53
Outras contas a pagar		(1)	-
		1.545	2.574
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		10.464	9.048
Imposto de renda e contribuição social pagos		(418)	(597)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	9.2	(2.840)	(3.025)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		7.206	5.426
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(236)	(352)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(236)	(352)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	9.2	(2.863)	(2.839)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(2.863)	(2.839)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.107	2.235
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	4.804	2.569
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	8.911	4.804
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.107	2.235

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A GE Boa Vista S.A. (GE Boa Vista ou Companhia) com sede na Fazenda Boa Vista, 1C, parte, Estrada RN 120, Caixa Postal 1, 59.590-000, São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. Tem como objeto social a exploração da central geradora eólica EOL Dreen Boa Vista, por meio da Portaria MME nº 276/2011. A entrada em operação comercial foi em 25.02.2015 e a data de vencimento da autorização é 27.04.2046.

2 Base de Preparação

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18.04.2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado;
- NE nº 3.3 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NE nºs 3.4 e 10 - Provisões;
- NE nº 3.5 e 12 - Reconhecimento de receita;
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e
- NE nº 3.7 e 15 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia e suas controladas contam com o suporte financeiro de sua Controladora.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

3.3.2 Ativos Não financeiros

Os ativos em formação provenientes da concessão onerosa e direitos de concessão e/ou autorização de geração de energia elétrica, classificados como ativos intangíveis, têm seu valor recuperável testado juntamente com os demais ativos daquela unidade geradora de caixa.

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras e em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela “não performance” com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto do Preço de liquidação das diferenças - PLD multiplicado pelas sobras de energia declaradas junto a CCEE, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.8 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

3.9 Novas normas adotadas a partir deste exercício

Os seguintes pronunciamentos contábeis foram revisados e não tiveram nenhum efeito relevante sobre as transações realizadas pela Companhia em períodos anteriores ou posteriores ao início de sua vigência, em 1º.01.2018:

- (i) ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- (ii) CPC 28/IAS 40 - Propriedades para investimento; e
- (iii) Revisão anual do CPC nº 12/2017 (IASB ciclo 2014-2016).

Além disso, a Companhia adotou as seguintes normas a partir de 1º.01.2018

3.9.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Na adoção do CPC 48/IFRS 9 a Companhia aplicou a isenção constante do item 7.2.15 da norma, que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

A nova norma estabeleceu três categorias para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O impacto na Companhia foi a mudança de classificação da rubrica de Clientes, que era classificada como ativo financeiro na categoria de Empréstimos e recebíveis, pelo CPC 38/IAS 39, e passou a ser classificada como ativo financeiro mensurados pelo custo amortizado, a partir da adoção do CPC 48/IFRS 9.

Além disso, a norma exige que a Administração da Companhia realize avaliação de seus ativos financeiros com base em doze meses ou por toda a vida do ativo e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. O CPC 48/IFRS 9 definiu o modelo de expectativa de perda no crédito, o qual requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessa expectativa a cada data de reporte, para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Anteriormente, o *impairment* de contas a receber de clientes era apresentado como perdas incorridas. As contas a receber individuais incobráveis eram baixadas por meio da redução direta do valor contábil.

Desde a adoção da nova norma a Companhia aplica a abordagem simplificada e registra perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros de contas a receber de clientes.

Com relação aos passivos financeiros, o CPC 48/IFRS 9 definiu que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em incompatibilidade na demonstração do resultado. Não houve impacto na classificação de passivos financeiros da Companhia.

3.9.2 CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com clientes

Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação, conforme previsto no Apêndice C do CPC 47, em seus itens C3 (b) e C7.

A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

Não houve impacto nas Demonstrações Financeiras.

3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir de 1º.01.2019 estarão vigentes alterações nos seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

- (i) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros; e
- (ii) Revisão anual do CPC nº 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Companhia procedeu a uma avaliação sobre a aplicação dessas alterações e não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos

Além disso, as normas abaixo, também vigentes a partir de 1º.01.2019 e não adotadas antecipadamente pela Companhia foram avaliadas, conforme descrito a seguir.

3.10.1 CPC 06 (R2) /IFRS 16 - Arrendamentos

O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1)/ IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo intangível (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outras Contas a Pagar) a valor presente e reconhecer a amortização do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores, impressoras e móveis), a Companhia optará por reconhecer uma despesa de arrendamento em base linear conforme previsto no CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Será aplicado o método de transição retrospectivo modificado, o qual não requer a apresentação de informações comparativas, e o passivo e o ativo de direito de uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos de suas usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Por esses apresentarem remuneração variável ao arrendador, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 orienta que a despesa deve ser reconhecida quando incorrida. A aplicação desse pronunciamento não causará impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.10.2 ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Conforme atendidos determinados requisitos, como por exemplo quando for mais provável que a autoridade fiscal não aceite determinado tratamento, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, considerando esta não aceitação.

A Companhia está avaliando os tratamentos de tributo sobre o lucro e tem a expectativa de que a aplicação da norma não trará impactos significativos em seus resultados.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e bancos conta movimento	966	975
Aplicações financeiras de liquidez imediata	7.945	3.829
	8.911	4.804

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se à Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 98,0% e 100,2% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2018	31.12.2017
Receita faturada	1.614	-	1	1.615	1.398
Receita não faturada	739	-	-	739	905
	2.353	-	1	2.354	2.303

Em 31.12.2018, não há registro de provisão para perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

6 Partes Relacionadas

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo circulante		
Controlador - São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A (a)	379	379
Ativo não circulante		
Controlador - São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A (b)	4.469	4.301
Passivo circulante		
Controlador - São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A (a)	1	1
- Copel Geração e Transmissão S.A. (c)	13	24
- Companhia Paranaense de Energia (c)	6	18
Entidade sob controle comum - Copel Distribuição S.A. (c)	24	59
- Copel Renováveis S.A. (c)	675	675

- a) Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referente a adiantamentos e/ou pagamentos, os quais serão ressarcidos em 2019.
- b) A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. é interveniente junto ao financiamento do BNDES da Companhia, o qual, por força contratual, transfere recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 9).
- c) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas, referentes a pessoal, administradores, materiais, serviços e outros (PMSO), conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo.

7 Títulos e Valores Mobiliários

Correspondem, principalmente, a aplicações financeiras em fundo de investimento de longo prazo mantidas como reserva especial, com indexador de 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado.

Os recursos são vinculados ao financiamento mantido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para garantir a operação (NE nº 9).

8 Imobilizado

	Saldo em 1º.01.2017	Baixas	Depreciação (a)	Saldo em 31.12.2017	Baixas	Depreciação (a)	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2018
Em serviço								
Máquinas e equipamentos	50.176	-	(3.028)	47.148	(1.222)	(2.878)	(23.207)	19.841
	50.176	-	(3.028)	47.148	(1.222)	(2.878)	(23.207)	19.841
Em curso								
Custo	287	(2)	-	285	-	-	23.207	23.492
	287	(2)	-	285	-	-	23.207	23.492
	50.463	(2)	(3.028)	47.433	(1.222)	(2.878)	-	43.333

(a) Taxa média de depreciação de 5,03 % (5,03 % em 2017)

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2018 e 2017.

Em 2018, em função de sinistro ocorrido com aerogeradores, houve a transferência de R\$ 23.207 do imobilizado em serviço para o imobilizado em curso a fim de proceder os reparos necessários.

9 Empréstimos e Financiamentos

Contrato BNDES	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2018	31.12.2017
11211531	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	40.050	33.385	36.034
						33.385	36.034
					Circulante	2.977	2.981
					Não circulante	30.408	33.053

Destinação: construção e implantação de centrais geradoras eólicas.

Garantias: penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzida pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

9.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2020	2.873
2021	2.873
2022	2.873
2023	2.873
2024	2.873
Após 2024	16.043
	30.408

9.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Em 1º.01.2017	38.482
Encargos e variação monetária	3.416
Amortização - principal	(2.839)
Pagamento - encargos	(3.025)
Em 31.12.2017	36.034
Encargos e variação monetária	3.054
Amortização - principal	(2.863)
Pagamento - encargos	(2.840)
Em 31.12.2018	33.385

9.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tal como não alterar o controlador efetivo ou indireto, sem a prévia anuência. O indicador financeiro é o Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD que deve ser mantido igual ou maior que 1,3. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. Até 31.12.2018, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas.

10 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde por processos judiciais de natureza fiscal porém, na avaliação de seus assessores legais, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto a Companhia não constituiu provisões para litígios.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2018, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco de perda possível, no montante de R\$ 5.825 (R\$ 5.118 em 31.12.2017), são principalmente de natureza tributária, referente a questionamento de Imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISS retido sobre serviços de construção civil.

11 Patrimônio Líquido

11.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2018 monta a R\$ 25.647 (R\$ 25.647, em 31.12.2017), composto por 25.646.541 ações ordinárias pertencentes à São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

11.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

12 Receita Operacional Líquida

	31.12.2018	31.12.2017
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	10.113	10.619
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	877	1.463
(-) Provisão para não performance de geração	(1.595)	(2.556)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(401)	(441)
	8.994	9.085

13 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas (a)	31.12.2018
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(22)	-	-	(22)
Encargos de uso da rede elétrica	(378)	-	-	(378)
Pessoal e administradores	-	(118)	-	(118)
Planos previdenciário e assistencial	-	(8)	-	(8)
Material	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(1.496)	(64)	-	(1.560)
Depreciação e amortização	(2.878)	-	-	(2.878)
Arrendamentos e aluguéis	(196)	-	-	(196)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(225)	(111)	991	655
	(5.195)	(301)	991	(4.505)

(a) No saldo está contida a receita de indenização referente ao sinistro ocorrido nos parques eólicos, no valor de R\$ 2.246 e a despesa de R\$ 1.221 referente a perdas com desativação de bens.

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2017
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(5)	-	-	(5)
Encargos de uso da rede elétrica	(404)	-	-	(404)
Pessoal e administradores	(165)	(242)	-	(407)
Planos previdenciário e assistencial	(20)	(28)	-	(48)
Material	-	(4)	-	(4)
Serviços de terceiros	(1.225)	(71)	-	(1.296)
Depreciação e amortização	(3.028)	-	-	(3.028)
Reversão de provisão para litígios	-	-	1	1
Arrendamentos e aluguéis	(196)	(24)	-	(220)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(153)	(149)	(64)	(366)
	(5.196)	(518)	(63)	(5.777)

13.1 Compromissos de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2018
Arrendamento de terrenos	103	493	3.466	4.062

No saldo dos custos de arrendamentos e aluguéis estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

14 Resultado Financeiro

	31.12.2018	31.12.2017
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	563	595
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	79	43
Outras receitas financeiras	115	43
	757	681
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	3.054	3.425
Outras despesas financeiras	60	21
	3.114	3.446
Líquido	(2.357)	(2.765)

15 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2018		31.12.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	10.990	10.990	12.044	12.044
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	879	1.319	964	1.445
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, liquidas de IOF	383	383	420	420
Ganho de Capital	2.246	2.246	-	-
(=) Base de cálculo	3.508	3.948	1.384	1.865
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	853	355	322	168
Receita financeira provisionada	259	259	175	175
Imposto de renda e contribuição social diferidos	65	23	43	16

16 Instrumentos Financeiros

16.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2018		31.12.2017	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	8.911	8.911	4.804	4.804
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	4.296	4.296	4.060	4.060
Custo amortizado						
Clientes (a)	5	1	2.354	2.354	2.303	2.303
Total dos ativos financeiros			15.561	15.561	11.167	11.167
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)		1	4.266	4.266	2.629	2.629
Empréstimos e financiamentos (c)	9	2	33.385	33.716	36.034	33.120
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert		2	-	-	70	70
Total dos passivos financeiros			37.651	37.982	38.733	35.819

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 1,94% a.a. acima da TJLP, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

16.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

16.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e equivalentes de caixa (a)	8.911	4.804
Títulos e valores mobiliários (a)	4.296	4.060
Clientes (b)	2.354	2.303
	15.561	11.167

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos.

16.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2022, repetem-se os indicadores de 2021 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2018							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 9	371	964	4.344	19.296	23.267	48.242
Fornecedores	-	115	-	2.510	1.641	-	4.266
		486	964	6.854	20.937	23.267	52.508

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 9.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

16.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2018 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic - 6,50% e TJLP - 6,50%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2019 do Relatório Focus do Bacen de 08.02.2019, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia.

Para os cenários 1 e 2, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2018	Cenários Projetados - dez/2019		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa Selic	4.296	279	210	140
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(33.385)	(2.170)	(2.713)	(3.255)

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2018, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

16.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de autorização de geração de energia por fonte eólica estão sujeitos à cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associadas às incertezas da velocidade de vento, e o não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia.

16.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Empréstimos e financiamentos	33.385	36.034
(-) Caixa e equivalentes de caixa	8.911	4.804
Dívida líquida	24.474	31.230
Patrimônio líquido	24.447	23.611
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	1,00	1,32

17 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2020	96.870
Garantia de Pagamento - Extremoz	16.11.2019	57
Seguro de Riscos Operacionais	27.06.2019	71.510
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	13.08.2019	20.000
Garantia Judicial - Município São Bento do Norte	13.09.2020	8.129

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2018, de R\$ 3,8748. Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
GE Boa Vista S.A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GE Boa Vista S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GE Boa Vista S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de abril de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Os membros do Conselho Fiscal da **GE Boa Vista S.A.**, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 22 de abril de 2019

/s/

JOÃO ALBERTO DA SILVA
Presidente do Conselho

/s/

LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA
Conselheiro

/s/

HEITOR DANTAS FILHO
Conselheiro